

Brasil

e-mail: politica@jb.com.br

Política de fronteiras é antiquada

■ Legislação assistencialista de 1934 dificulta o desenvolvimento e o combate ao tráfico

PAULO MUSSOI

BRASÍLIA – Além da dificuldade de integração dos órgãos de repressão, apontada esta semana pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, outro anacronismo prejudica a batalha do Brasil contra o narcotráfico. A política nacional de fronteiras – que rege as ações sociais e fiscalizadoras do governo nos municípios que ficam até 150 quilômetros das divisas do país – sofre uma defasagem de décadas com relação a outros países. A constatação vem do Palácio do Planalto: “O Brasil não tem uma política moderna de gerenciamento de suas fronteiras. Ainda precisamos avançar muito para garantir o desenvolvimento de certas regiões”, disse ao **JORNAL DO BRASIL** o ministro extraordinário de Projetos Especiais, embaixador Ronaldo Sardemberg.

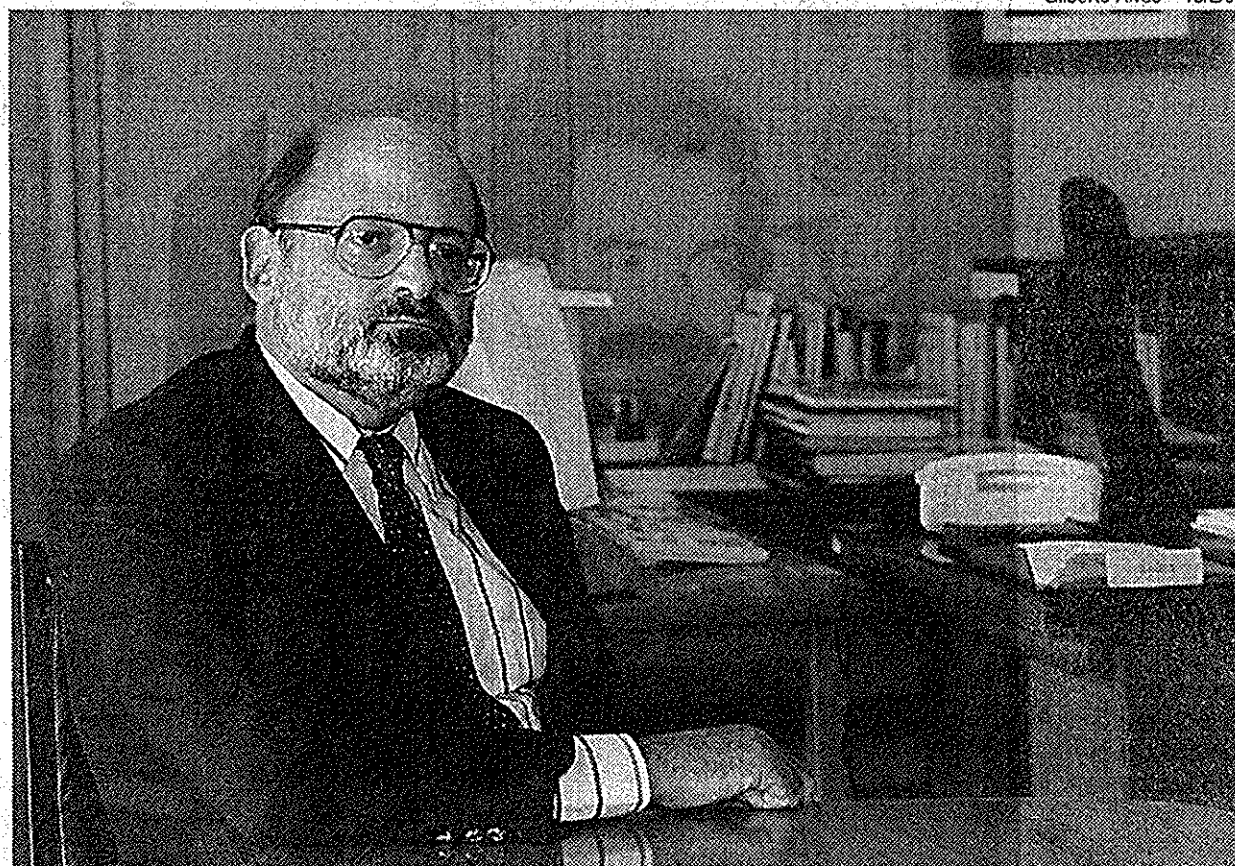
O diplomata, que atuou no primeiro mandato de Fernando Henrique como secretário de Assuntos Estratégicos, é o responsável pela missão de redimensionar o tratamento que o país dá à sua faixa de fronteira, cuja legislação data da Constituição de 1934, promulgada por Getúlio Vargas. “É do tempo em que se viam as fronteiras como áreas de rivalidade no Sul e indiferença no Norte, e onde a solução era apenas povoar. Isso acabou. Fronteira não é mais sinônimo de exotismo”, diz Ronaldo Sardemberg, preocupado com a carência de serviços públicos, jurídicos e de vigilância sanitária e,

principalmente, de segurança, nos limites do país.

A fronteira brasileira se estende por 16 mil quilômetros, entre Roraima e Rio Grande do Sul, e abrange uma área de 2,4 milhões de quilômetros quadrados, onde estão contidos 500 municípios – 10% do total das cidades brasileiras. Grande parte dessa região obedece, ainda hoje, à cultura do assistencialismo: sobrevive às custas dos recursos do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (Pafmufaf), criado em 1955 e hoje gerenciado pelo Ministério de Projetos Especiais.

A situação de maior dependência é a do Acre. Todos os seus 22 municípios – inclusive a capital, Rio Branco – estão incluídos na faixa de fronteira e recebem recursos do Pafmufaf. Muitos deles, como Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Xapuri, têm na verba assistencialista sua fonte primária de receita. Essa dependência, avalia o ministro de Projetos Especiais, poderia ser menor se o estado também estivesse dentro da área de atuação do principal projeto de desenvolvimento de fronteiras do governo: o Calha Norte.

Criado em 1985 para trazer desenvolvimento e proteção ao limite Norte do país, o programa exclui a região Sul do Amazonas, a partir do Rio Javari, e a totalidade do território acreano. Hoje, são justamente essas as áreas mais inóspitas e mais permeáveis à entrada de drogas e



Gilberto Alves – 13/2/98

Sardemberg, preocupado com situação dos limites do país, diz que fronteira não é mais sinônimo de exotismo

contrabando na Amazônia Ocidental. Segundo a Secretaria de Segurança Pública acreana, o estado conta com apenas 30 policiais federais para fiscalizar a entrada de drogas em suas fronteiras com o Peru e a Bolívia, que somam quase dois mil quilômetros de extensão.

A ampliação da área de atuação do Calha Norte é um dos desejos do governo federal na reformulação de sua política de fronteiras. Mas enquanto isso não ocorre, a verba do Pafmufaf

virou para o Acre a tábua de salvação, em direção à qual a bancada estadual no Congresso corre com voracidade. Este ano, nada menos que R\$ 19 milhões dos R\$ 25 milhões disponíveis no orçamento para o programa foram para lá, graças à enxurrada de emendas de deputados acreanos.

Por se localizar quase sempre em regiões inóspitas, a faixa de fronteira sofre também com o desconhecimento geográfico. Na Amazônia Ocidental, reconhece o ministro Sardem-

berg, ainda há áreas que, literalmente, não estão no mapa. “O mapeamento cartográfico ali ainda é muito frágil. Ainda temos mapas hoje que estão fora de escala, e com furos na localização de municípios, vilas e áreas indígenas. Isso é outra dificuldade que precisamos superar”, diz.

Para isso, o governo elaborou um mapeamento ecológico-econômico, que tem por objetivo refazer e modernizar todo o levantamento geográfico da região.